



A Fotoetnografia e suas contribuições para o reconhecimento de comunidades quilombolas e no debate do reordenamento agrário de terras de Quilombo¹

Uilson Viana de SOUZA²
Márcia Guena dos SANTOS³
Universidade Estadual da Bahia, Bahia

RESUMO

Este artigo busca discutir o papel da fotoetnografia como instrumento material, simbólico e antropológico que permite o diálogo e o auto-reconhecimento dos sujeitos descendentes de quilombolas, além de contribuir para outras discussões no nível mais político. Um exemplo disto pode ser o despertar nas pessoas de cada comunidade para a luta por seus direitos, em direção ao reconhecimento do território quilombola, reivindicando-os junto aos órgãos competentes. Esta reflexão faz parte do projeto “Perfil Fotoetnográfico das Comunidades Quilombolas do Sub-médio São Francisco: Identidades em Movimento. A pesquisa utiliza como foco a fotoetnografia enquanto principal recurso documental no uso da imagem, visando com isto construir um perfil destas comunidades, a partir de um banco de imagens.

PALAVRAS-CHAVE: fotoetnografia, certificação quilombola, quilombos

Origem das comunidades quilombolas

Quilombos ainda é um termo pouco reconhecido em parte das comunidades visitadas pelo projeto “Perfil Fotoetnográfico das populações quilombolas do submédio São Francisco: Identidades em Movimento”. Outras reconhecem mas estão distantes de um reconhecimento efetivo do território. A primeira abordagem parte de um recorrente esforço do pesquisador em decifrar esta significação, por conseguinte é uma

¹ Trabalho submetido na Divisão Temática Interfaces da Comunicação, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste

² Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Jornalismo, com Habilitação em Jornalismo e Mídias da Universidade do Estado da Bahia, email: uilsonego@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo, Habilitação em Jornalismo e Mídias da Universidade do Estado da Bahia, email: marciaguena@gmail.com



necessidade/desejo dos nativos em compreender esta nomenclatura, já que o termo é vigente no campo institucional e político e se faz necessário este alinhamento, quando se trata de políticas públicas ou de reparação. Desta forma nos apoiamos em Arruti (2006) ao abordarmos o conceito de “comunidades quilombolas” (terras de preto), o que tem surtido efeito e possibilitado um diálogo inicial sobre suas origens.

Representa uma força social relevante no meio rural urbano brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste) que também começa a penetrar o meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno de terreiros de candomblé (ARRUTI, 2006, p.26)

Do uso ao direito à terra das comunidades quilombolas

Com o crescimento destas populações, que passam a ser conhecidas como quilombos, os negros vão se organizar em grupos e movimentos. No contexto agrário brasileiro, os africanos escravizados que formaram os quilombos tem seu lugar na história, primeiro por terem sido usados como mão de obra barata/escrava no projeto desenvolvimentista do Nordeste e do Brasil. Um segundo momento se dá pelo processo de luta pela terra, onde vão surgir as primeiras povoações, ainda ao redor das grandes fazendas, por pequenos pedaços de terras doados pelos patrões em troca de suor e trabalho. Neste contexto muitos negros vão ser expulsos de suas terras. Na Bahia isto pode ser comprovado com a povoação de negros à margem do Rio São Francisco (SILVA, 2010).

Destes pequenos pedaços, os negros vão povoado grandes áreas de terras devolutas ou abandonadas. Sem a titulação destas propriedades vão surgir os fazendeiros, se afirmando enquanto donos, aproveitando-se da legislação brasileira que passou a favorecer a posse cartorial da terra. Aqui começa o conflito pela terra ou o processo de expulsão, produto de discussão do que vamos chamar de reordenamento agrário.

Cabe aqui definirmos quilombo não somente enquanto lugar de luta, resistência, mas também de vivências coletivas, sem nos resguardarmos ao discurso do quilombo enquanto lugar de fugitivos.



Os quilombos, organizações que se constituíram como uma das expressões do desejo de liberdade assumiram feições organizacionais que levaram em conta os fatores geográficos, ecológicos e o campo de forças sociais próprios ao momento da insubordinação e ocupação do território. Nem sempre se tratava de uma decisão aleatória ou intempestiva de “fugir para o mato” e isolar-se (SILVA, 2000, p.06)

Os territórios se caracterizam enquanto espaços coletivos, mas se identificam historicamente pela cultura que vai sendo criada entre os seus moradores, com valores voltados para as crenças, costumes, culinária, dentre outros.

No território do Sertão do São Francisco, que corresponde a 10 municípios baianos no entorno de Juazeiro é possível encontrar comunidades de matriz africana que foram se organizando em áreas coletivas, conhecidas como áreas de fundo de pasto, (CPT, 2004). Elas tem se organizado pelo acesso ao direito à propriedade enquanto terras devolutas e pelo uso coletivo das áreas de pastejo e produção agrícola, apícola e pecuária. Existe uma forte característica nestas comunidades herdadas de quilombolas, quando se tratam das formas de organização

Desta forma o que tem se discutido em torno dos movimentos de defesa da titulação de terras quilombolas, é que esta titulação não deve ser aplicada de maneira convencional, ou seja, entregar um pequeno pedaço de terra para cada família, sem considerar o patrimônio cultural e a organização coletiva. Trata-se de reconhecer o direito a terra com base em suas origens e na representação cultural, reforçada em seus valores e tradições. Seria uma espécie de titulação “contextualizada” ao território quilombola.

A titulação acontece obedecendo aos dispositivos da lei, o governo baixa as normativas e o INCRA por sua vez é a instituição que regulamenta os títulos. A base legal nem sempre resolve de forma imediata estes processos, necessitando de uma pressão popular, onde os quilombolas contam com assessoria jurídica de instituições, ONGs e movimentos que pressionam a efetivação das normas. Os estados tem legitimidade para titular as terras, com base na legislação fundiária de cada estado.

Os direitos quilombolas na constituição brasileira



Mesmo sendo o último país a abolir a escravatura, a constituição brasileira é uma das poucas na América do Sul que garante direitos aos quilombolas. Um estudo realizado pela ONG KONONIA - Presença Ecumênica e Serviço mostrou que estes direitos estão garantidos na constituição Federal e nas constituições dos estados da Bahia, Mato Grosso, Goiás, Maranhão e Pará.

A atual conjuntura perpassa por uma série de leis que foram criadas desde 1987, como é o caso do artigo 68 da constituição. Neste percurso outras leis foram sendo criadas, como podemos citar: portaria do INCRA nº 307, que demarca a titulação e demarcação das terras quilombolas; o decreto nº 3912, que regulamenta o procedimento para titulação, mas restringe o artigo 68 da constituição.

Situação agrária das comunidades quilombolas em Juazeiro Bahia

As comunidades visitadas pelo projeto de pesquisa, Quipá e Junco, localizadas nos arredores de Juazeiro, a cerca de 20 e 30 quilômetros do centro da cidade, desconhecem qualquer política de reparação. Já outras como Barrinha da Conceição e Alagadiço, ambas no perímetro urbano de Juazeiro, já realizar algum processo de reconhecimento enquanto áreas quilombolas. A questão do reordenamento agrário neste sentido é uma discussão que merece cuidados para ser tratada. Mas percebemos a forte influência em todas elas de forma distintas de ocupação dos territórios por terceiros como os grandes projetos de irrigação, proprietários particulares e especulação imobiliária.

A comunidade do Quipá, por exemplo, sofreu com o processo de desintegração das áreas pertencentes aos primeiros moradores, que foram deslocados para outras áreas, por intervenção de proprietários particulares. Atualmente a fonte de renda destas famílias vem dos grandes projetos de irrigação que podem ser vistos durante todo o percurso até chegarmos à comunidade.

Seu José Teles, da comunidade de Pau Preto, ao ser entrevistado, afirma que pessoas, como seu filho, trabalham no projeto de irrigação do Salitre. Sofrendo com a seca e a escassez de água de chuva que já dura três anos, levando à seca do rio Salitre que corta a comunidade, os moradores de Pau Preto sonham com a chegada do canal do projeto Salitre. Para eles falta vontade política, pois o canal está há poucos quilômetros dali.



Fotoetnografia: uma contribuição para a afirmação e busca de direitos

Um dos importantes pilares deste projeto de pesquisa é o uso da fotografia, como forma de representação e registro do lugar, das pessoas, de seu cotidiano. Neste sentido a fotoetnografia tem permitido presentificar a história destas comunidades, por meio da representação das tradições, das festas, do trabalho, da infra-estrutura social, trazidas nos registros produzidos ao longo das visitas e durante oficinas fotográficas, onde os próprios moradores resgatam por seus olhares sua própria história.

O antropólogo Jose da Silva Ribeiro vai discutir o conceito de antropologia visual, que nasce no século XIX a partir da ascensão da reprodutibilidade técnica ou antropologia das imagens, aquela que se vale de outros recursos, como a câmara fotográfica, o filme, para contribuir com o registro da escrita. Segundo Ribeiro, o texto etnográfico em sua modernidade, diante destes aparatos tecnológicos, vai residir no traço deixado pelo pesquisador, ancorado na compreensão com a realidade (RIBEIRO,2005,p. 630)

Portanto o autor explica que a antropologia visual enfrentou resistências pela antropologia convencional no início de desconfiança, mais depois de tranquilidade por passar a resolver problemas de provas concretas da objetividade. Desta forma a “antropologia visual “abre novos campos de exploração e novos terrenos” e “uma nova maneira de conceber a antropologia” (Piault, 1999, p. 16). Porém é importante frisar que a fotografia vai além do documento, carregando a simbologia e a expressão.

Atualmente a antropologia visual tem seu lugar no espaço acadêmico em decorrência de seu conhecimento, hoje vista como indispensável nos processo de representação e manuseio de imagens por exemplo.

A antropologia visual apresenta-se como um campo de investigação e de desenvolvimento de práticas que constituem um desafio aos estudantes e às instituições universitárias no âmbito das atuais mudanças do ensino superior. Constitui-se como amplo campo interdisciplinar entre as ciências sociais e as artes, as ciências e as tecnologias da comunicação. Institui-se como processo simultâneo ou complementar de investigação e produção escrita, audiovisual, multimídia, hipermídia. Desloca-se das temáticas tradicionais de investigação em antropologia para as temáticas atuais, sem, no entanto deixar de tratar de toda a tradição antropológica e, simultaneamente,



recuperar arquivos documentais das práticas anteriores, criando assim uma relação mais próxima e mais implicada (da disciplina e da universidade) na vida social. (RIBIRO, 2005,p.638 -639)

A fotoetnografia neste espaço vai se consolidando dentro do guarda chuva da antropologia visual. Como já mencionamos e como reforça Achutti e Hassen (2004), estes recursos também ainda encontra resistência e alguns pesquisadores e antropólogos ainda fazem pouco uso enquanto meio de criar narratividades. As formas verbais ainda se sobrepõe sobre estes recursos .

Isso se pode dever também ao fato de as diretrizes metodológicas que envolvem o uso da fotografia ainda não estarem assentadas em práticas convencionadas e reconhecidas como efetivas. Em grande parte dos textos, a fotografia, quando aparece, se restringe a um papel ilustrativo. (ACHUTTI e HASSEN, 2004, p277)

O uso da imagem neste sentido é o foco desta pesquisa, enquanto linguagem visual, amparada na antropologia visual, na fotoentrevista, como novos mecanismos documentais que se fazem presentes nas comunidades visitadas, onde os seus moradores são capazes de participar desta construção, coisa que o percurso adotado pelo processo escrito talvez não fosse capaz.

As oficinas fotográficas realizadas nestas comunidades e depois devolvidas em forma de exposição demonstram muito bem esta dinâmica, onde jovens, crianças, homens e mulheres experimentam o ato de fotografar pelos seus múltiplos olhares, valorizando cada imagem,que por hora denuncia um estado de falta de política de reparação,por hora mostra o que há de mais belo na historia e no dia-a dia da vida de seu povo.

Texto e imagem podem-se articular de forma complementar com seus aportes específicos. A natureza de texto e de imagem naturalmente é diferente. Importa que nos demos conta de que, no limite do texto, a fotografia pode avançar “iluminando” certas passagens e, no limite da fotografia, o texto cumpre um papel analítico insubstituível. Muitas fotos ganham importância com o passar do tempo. Pode-se julgar a qualidade da foto no presente, mas não, com segurança, todo o seu valor documental, que, em muitos casos, só o distanciamento temporal permite reconhecer. Quem poderia saber se os grandes arquivos históricos hoje estudados não são compostos em parte por fotos que poderiam ter sido apagadas?Assumindo esse risco, por dizer inevitável (ACHUTTI e HASSEN, 2004, 279)



Nas comunidades quilombolas pesquisadas pelo projeto, a imagem tem sido um importante instrumento de identificação das identidades ali presentes, fazendo um elo com a oralidade e a escrita. Diante a importância do registro que surge primeiro com o intuito de representar a comunidade, nas suas dimensões material e imaterial, utilizando a esse papel multifacetado da fotografia, vamos percebendo que a fotoetnografia também assume seu lugar para outras dimensões dentro da pesquisa.

Neste sentido ela tem sido visualizada como meio de representar a comunidade, para que estas façam o uso mais apropriado das imagens, que por sua vez poderão utilizá-las de diversas maneiras, inclusive na construção do discurso do auto-reconhecimento, já que resgata aspectos culturais, estéticos e territoriais alusivos a uma memória quilombola. A busca acadêmica, por uma memória coletiva, pode movimentar memórias locais e ter importantes desdobramentos, inclusive sobre a posse da terra. A estética neste sentido ocupa o lugar da representação do lugar e da existência dos sujeitos ali reconhecidos pelas imagens.

A fotoetnografia redesenha este novo espaço para um possível processo de titulação destas comunidades e de suas terras, “é uma das formas de etnografia que utiliza a fotografia como meio de penetrar, apreender e relatar (no sentido de narrar) a cultura e os valores” (ACHUTTI & HASSEN, 2004p.288).

Após as visitas nas comunidades as fotografias são vistas e avaliadas em grupo, tomando como base o olhar específico de cada pesquisador, mas considerando também o percurso coletivo antes debatido por todos. Esta dinâmica permite avaliar o andamento das atividades e a evolução dos objetivos, possibilitando reconhecer, por exemplo, a necessidade de retorno em uma destas comunidades ou de realizar entrevistas mais específicas com lideranças comunitárias.

Esta função que a fotografia desenvolve e que estamos utilizando para pesquisar os quilombolas é reconhecida por Collier Jr. (Collier Jr.; Collier, 1986), como fotoentrevistas. “são uma técnica que implica usar em visitas sucessivas, as fotografias já tiradas como meio de propor e/ou balizar novas entrevistas e, com isso, ao mesmo



tempo em que se vai aprofundando o trabalho, vai-se fazendo a restituição dos dados”,
(Collier Jr. 1986).

Alguns resultados obtidos com a pesquisa

Para exemplificar temos como resultado da pesquisa a realização de visitas a aproximadamente 10 comunidades, destas realizamos uma oficina fotográfica na comunidade do Quipá, onde apresentamos o resultado num artigo publicado no ultimo INTERCOM Nacional. De todas as comunidades visitadas alimentamos um banco de dados por meio de um blog de fotografias e entrevistas que se transformam num continuo exercício de elaboração de textos, e artigos.

A pesquisa tem se desdobrado no meio acadêmico, com a adesão de voluntários indo a campo e replicando as experiências nos espaços de formação. Além disto tem sido divulgada em congressos, seminários e debates além dos muros da universidade do estado da Bahia.

Considerações finais

A Fotoetnografia além de servir para ajudar a documentar as comunidades quilombolas, pode contribuir com outros desdobramentos no processo de auto-afirmação dos próprios moradores. Além disto pode ser muito útil na produção de provas e levantamento das demandas locais e sociais, de denuncia da realidade local em que vive estas comunidades.

As comunidades quilombolas ainda continuam a mercê da boa vontade dos governos de efetivarem as leis, enquanto isto, estas comunidades continuam vivendo em condições sub-humanas, com acentuada falta de estrutura de moradia, emprego e renda .

É urgente o mapeamento das demandas sociais destas comunidades e o reaproveitamento de trabalhos de pesquisas desenvolvidas por instituições de ensino na aplicação e garantia de seus direitos perante as ameaças e pressão de grileiros e de grandes projetos, permitidos pela inoperância e a conveniência dos gestores públicos.



Esperamos que este trabalho possa ser um indicio para despertar nos agentes sociais que debatem esta questão, a necessidade de indignar-se e reconhecer o valor cultural e a ineficiência das leis, buscando assim implementá-las na garantia das políticas publicas e da permanecia das comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru/São Paulo: Edusc, 2006.

ACHUTTI, L.E.R. & HASSEN, M.N. A. **Antropologia em novas mídias:fotoetnografia como fotografia**. Porto Alegre, ano 10, n°21, p. 237-289, jan/jun.2004.

CPT et all. **O Fundo de Pasto que queremos; política fundiária, agrícola e ambiental para os fundos de pasto baianos**. CPT e Centrais de Fundo de Pasto Salvador, 72p. 2004.

RIBEIRO, J.S. **Antropologia visual,praticas antigas e novas perspectivas de investigação**.Revista de antropologia. SP.USP.v.48,n°02.2005.

SILVA, J. S. **Aridez Mental, problema maior contextualizar a educação para construir o dia depois do desenvolvimento no semiárido brasileiro**. Campina Grande: UFPB, 2011.

SILVA,V.S. **Rio das Rãs á luz da noção de quilombo**.Revista Afro-Asia, n23, p267.2000.

SILVA, V. S. **Rio das Rãs e Mangal – feitiçaria e poder em territórios quilombolas do Médio São Francisco**. Tese de doutorado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2010.